

PORTARIA TRT13 DG Nº 566/2023, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023

A DIRETORA-GERAL DE SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso das atribuições delegadas pelo Ato TRT13 CGP nº 001/2023, bem como nos termos dos artigos 58, inciso III, e 67 da Lei nº 8.666/1993, nos artigos 10 e 11 da Lei nº 9.507/2018, e de acordo com o PROAD 20363/2021,

RESOLVE:

I - Fazer CESSAR os efeitos da Portaria TRT DG Nº 166/2021;

II -Designar os servidores abaixo nominados e qualificados para atuarem como gestores do Contrato TRT nº 23/2021, firmado entre este Regional e a empresa XP ON CONSULTORIA LTDA., que tem por objeto a aquisição de solução de videoconferência em nuvem e serviço de suporte técnico:

- **Gestor Titular:** RAIMUNDO JOSÉ CAMPOS JÚNIOR, Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Tecnologia a Informação, matrícula nº 201.330.660, lotado na Divisão de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação;

- **Gestor Substituto:** BRENO MORENO LUNA, Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Tecnologia da Informação, matrícula nº 201.350.063, lotado na Divisão de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação;

- **Fiscal Técnico:** LUIZ ALBERTO ALVES DOS SANTOS, Técnico Judiciário, Área Administrativa, matrícula nº 245.192.726, lotado na Divisão de Atendimento ao Usuário;

- **Fiscal Técnica:** IONE SOUSA GONDIM DE ALBUQUERQUE, Técnica Judiciária, Apoio Especializado, Tecnologia da Informação, matrícula nº 201.276.957, lotada na na Seção de Orçamento, Planejamento e Tecnologia;

- **Fiscal Técnica Substituta:** ALESSANDRA MENDES DA SILVA, Técnica Judiciária, Apoio Especializado, Tecnologia da Informação, matrícula nº 201.330.848, lotada na Divisão de Atendimento ao Usuário;

- **Fiscal Administrativo:** PAULO ROBERTO FERNANDES DE ALBUQUERQUE, Técnico Judiciário, Área Administrativa, matrícula nº 245.163.500, lotado na Seção de Suporte Prévio às Contratações.

III – Determinar a observância do disposto no artigo 3º do Ato TRT GP nº 121 /2001 e da legislação de regência da matéria, bem como a assinatura da declaração registrando o conhecimento integral dos termos do contrato (Acórdão nº 829/2017 - TCU Plenário).

IV – Recomendar aos servidores ora designados, à guisa de boa prática administrativa, nos termos da orientação do TCU (item 1.7.3 do Acórdão nº 8.005/2011-1ªC e TC-007.114/2011-7 – publicado no DOU de 20.09.2011), a utilização – no que couber – do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, disponibilizado no endereço eletrônico: <http://www.inpi.gov.br/sobre/arquivos/manualfiscal.pdf/view>.

Os casos omissos serão resolvidos por esta Diretoria-Geral.

Cientifique-se e publique-se no DEJT-Adm.

SIMONE FARIAS PERRUSI

Diretora-Geral da Secretaria